O CAFÉ EM SÃO PAULO (*)

J.R. DE ARAÚJO FILHO (**).

INTRODUÇÃO — Posição do Café na Atualidade

Embora do conhecimento de muita gente, nunca será demais repetir que o café constitui a segunda riqueza comercializada no mundo, com base no valor internacional em dólares (1). Ainda recentemente, no ano de 1973, o comércio internacional do café rendeu mais de 4 bilhões de dólares, quantia bastante representativa para um produto primário, se lembrarmos que a sua tonelagem bruta mal ultrapassou 3 milhões. Para aquele total, o Brasil concorreu com 30%, quantia considerada de um mero fornecedor residual, já que o nosso país dominou, durante muitos anos, mais da metade do total da exportação mundial.

EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ (mil Sacas de 60 quilos)

Média para o qüinqüênio

ANOS	*TOTAL MUNDIAL*	*BRASIL*	*PARTICIPAÇÃO DO BRASIL (%)*
1955/59	37.822	15.028	39,7
1960/64	45.765	16.926	37,0
1965/69	50.574	17.301	34,2
1970/74	56.150	17.950	31,9

Fonte: Panamerican Coffee Bureau Anuário — 1975; Instituto Brasileiro do Café — 1974.

As razões explicativas dessa gradual perda de posição do Brasil no mercado internacional do café são as seguintes: a concorrência cada vez maior de outras áreas de produção, tanto em terras da América

(*) Entregue para publicação em outubro de 1975.

(**) Professor do Curso de Geografia da FFLCH da USP.

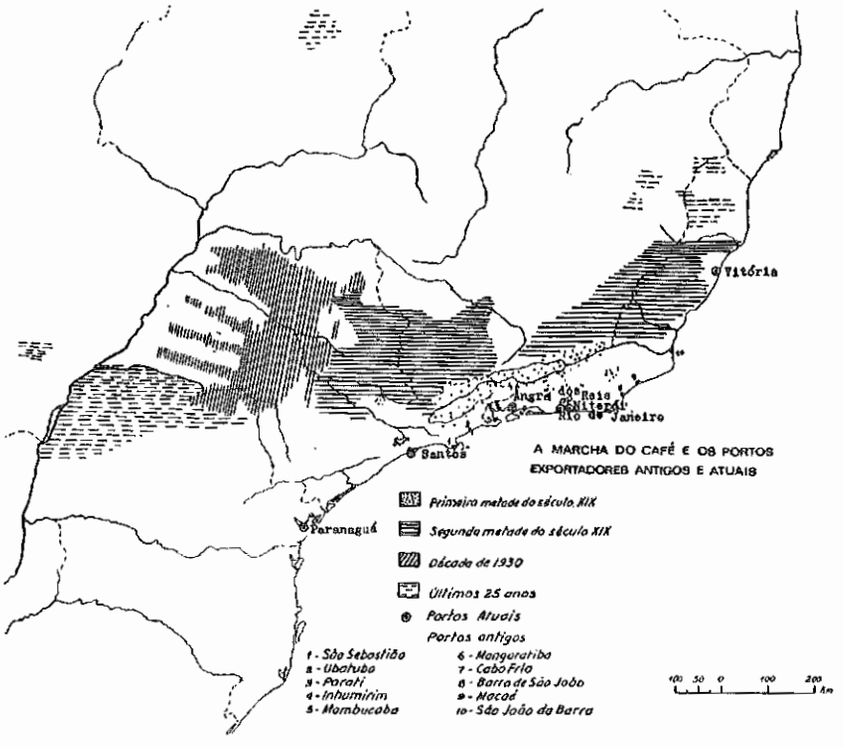
(1) A primeira delas, na atualidade, é o petróleo, com algumas centenas de milhões de toneladas anualmente, enquanto o café, em segundo lugar em valor, mal ultrapassou três milhões de toneladas!

Latina quanto nas da África, particularmente; as crises de superprodução por que passou a lavoura cafeeira brasileira, nesses últimos quarenta anos (1930-1945 e 1958-1970); desde há quatro anos, *a crise de produção das lavouras do Brasil de Sudeste*, em vista da sua idade, dos seus maus tratos, das pragas esporádicas, das geadas e da política do IBC, em função da erradicação dos cafezais anti-econômicos. Sem falarmos, é claro, do mecanismo cada vez mais difícil do mercado internacional, onde os países consumidores, representados principalmente pelas grandes nações industrializadas do ocidente (USA, Alemanha ocidental, França, Inglaterra, etc.), vêm, desde 1962, exercendo pressões sobre as nações produtoras dessa riqueza, mesmo depois de assinado o primeiro convênio internacional do café e da organização da OIC, cujo projeto e administração geral, por mais absurdo que pareça, são do Brasil.

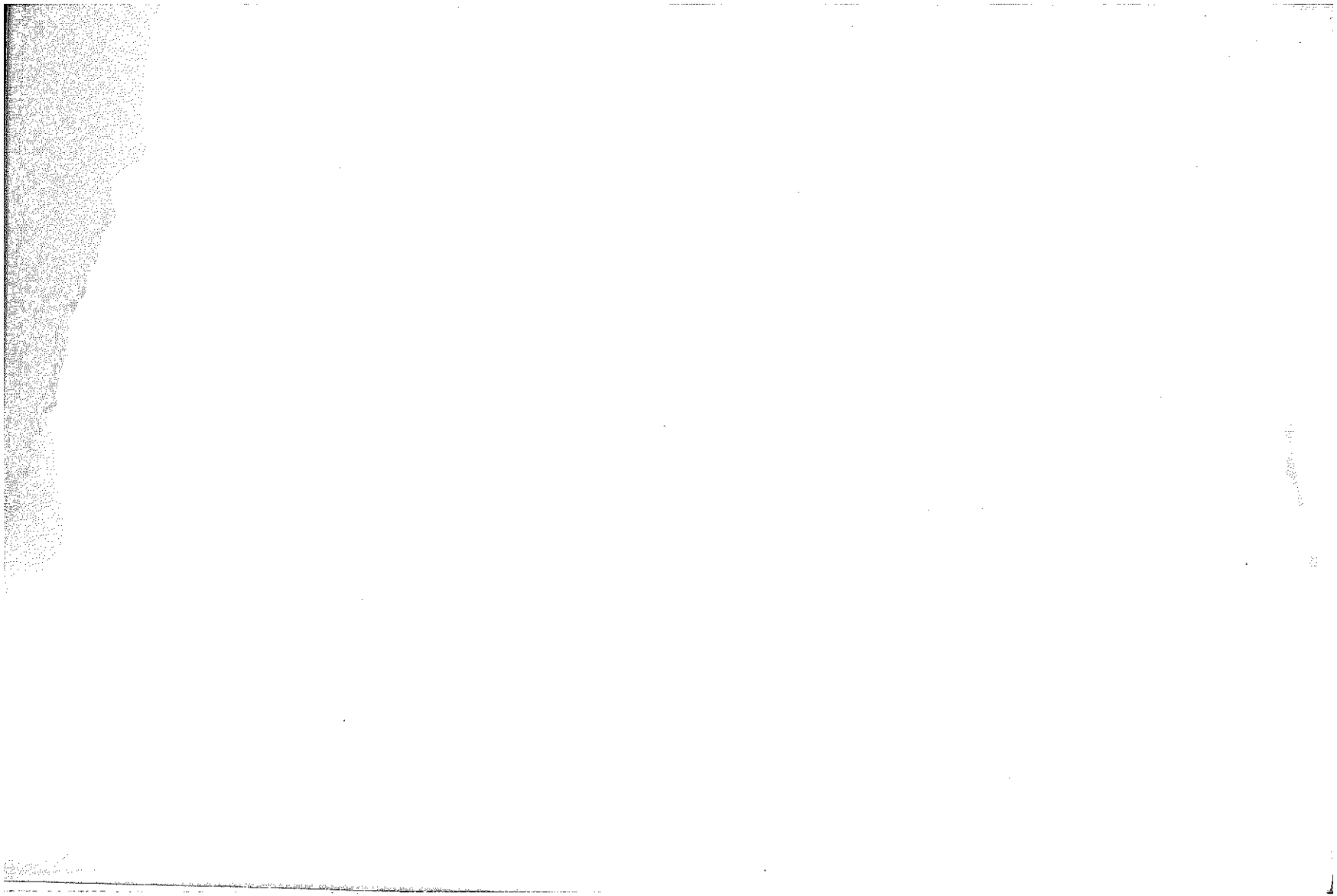
Como resultado imediato dessa política internacional, vimos o decréscimo percentual das ofertas brasileiras ao consumo mundial e, conseqüentemente, suas repercussões na produção de divisas pela mais importante riqueza de exportação do país. De fato, por mais de um século, o café representou o principal produto brasileiro no comércio internacional, carreando para o país, anualmente, centenas de milhões de dólares. No ano de 1973, pela primeira vez em cento e quarenta e cinco anos, o café foi ultrapassado em valor de exportação pelo outro produto nobre nacional, o açúcar de cana, que fora por ele desbancado ainda no período Regencial. Se prevalecerem aquelas condições há pouco citadas, que concorreram para esta terceira crise do café brasileiro em nosso século, não será muito difícil afirmar que o produto Rei da nossa economia custará a reocupar o seu lugar de primazia, como produtor de divisas para o país.

Tudo o que foi dito acima para o café no Brasil, pode ser repetido em linhas gerais para o Estado de São Paulo, que, desde a última década do século passado, liderou a produção e a exportação do produto no país. Mesmo com a entrada do Estado do Paraná na competição produtiva da rubiácea e, conseqüentemente, na sua comercialização, na realidade, a sua região produtora, o Norte paranaense, nada mais é do que um apêndice das áreas de expansão dos cafezais que ultrapassaram as barrancas do Rio Paranapanema.

De fato, tanto as propriedades cafeeiras da região citada quanto a circulação do produto para os portos de exportação (Santos e Paranaguá), onde se encontram as firmas que comercializam o café, são paulistas ou de origem de São Paulo na sua maior parte. Assim, todo o interior paulista funcionou, por mais de meio século, como área "core" do café no Brasil de Sudeste (1890-1950), usufruindo de todas as vantagens que lhe advieram dessa riqueza para colocar o Esta-



Com base na bibliografia histórica e geográfica sôbre o assunto (vide texto), foi elaborado o cartograma referente à marcha do café e os portos exportadores antigos e atuais. Pelo mesmo, vemos que os últimos redutos atingidos pela onda cafeeira, situam-se bem ao sul do trópico, em direção à zona dos pinheirais do Paraná, a Sudoeste, e nos limites com a Bahia, para Nordeste, em terra da área litigiosa mineiro-capichaba, além de pequenas ilhas no Sul de Mato Grosso e no Sudeste goiano. A mais velha área produtora, a do vale do Paraíba mineiro-fluminense, a paulista, hoje sem cafêzal, dominou como principal reduto da grande riqueza até por volta de 1880. O colar de pequenos portos existentes de São Sebastião à foz do rio Paraíba do Sul, constituía as portas de saída das grandes colheitas da área que lhes ficava imediatamente à retaguarda, em média a menos de 100 kms de distância, ligados pelos velhos caminhos de tropas. As demais áreas onde se foi fazendo a expansão do ouro verde, já foram sendo alcançadas pelas ferrovias, que desde a década de 70 atingia os primeiros redutos do planalto.



do na posição de líder da nação brasileira. O povoamento e a organização do seu espaço nos planaltos interiores, bem como a construção do seu porto e o crescimento vertiginoso da sua capital, refletem, neste século, a contribuição que a lavoura cafeeira trouxe como principal responsável pela humanização da paisagem, neste trecho do território brasileiro.

Atualmente, o Estado de São Paulo, com os seus quase vinte milhões de habitantes, distribuídos por uma área que não chega a atingir duzentos e cinqüenta mil quilômetros quadrados, (exatamente 247.898), apresenta uma das mais elevadas densidades demográficas do país (setenta e oito habitantes por quilômetro quadrado), com a maior parte dessa população vivendo nas sedes municipais (82%). Por outro lado, essa massa populacional, que representa um quinto da população brasileira, contribui com mais da metade da produção do país, em todos os seus setores (agro-pastoril, industrial e comercial), e construiu a mais densa e mais importante rede urbana nacional, bem como as mais humanizadas paisagens que se conhecem em áreas tropicais.

Entretanto, há pouco mais de um século, as terras de São Paulo apresentavam-se de modo bem diverso. Não somente a sua população e as suas riquezas eram bem modestas, como, conseqüentemente, as condições de vida do homem paulista eram bem mais precárias. Ainda no início do século XIX, os paulistas não haviam conseguido ultrapassar aqueles primeiros estágios de subdesenvolvimento, que dominaram as terras da antiga capitania de São Vicente até a independência do país; e mesmo depois desta, até meados do século XIX, a então Província de São Paulo, não oferecia prenúncios de libertação daquele pauperismo colonial. Basta dizer que, pelo censo da Colônia de 1797, a capitania de São Paulo possuía 158.450 habitantes e, pelo censo da Província de São Paulo de 1854, a população aumentara para 417.149 habitantes; quer dizer, em quase sessenta anos, a população pouco mais que dobrou. Assim, as transformações sofridas pelas paisagens paulistas, nos seus trezentos anos de história, foram muito pouco sensíveis, pois em tão largo período de tempo, quase nada tinha feito o homem nas antigas terras vicentinas, ao contrário do que acontecera para outras áreas brasileiras como as fluminenses, baianas do Recôncavo e da Mata Nordestina, e isto em virtude de, segundo PIERRE MONBEIG: "dispersão da população, ataques da floresta nas suas orlas para culturas temporárias, imensos campos deixados à criação eram os traços essenciais da paisagem rural paulista, ainda muito antes do século XIX".

A agro-indústria do açúcar, no seu chamado pequeno ciclo, de 1780 a 1850, pouco acrescentou àqueles traços, mostrados pelo mestre francês, dado que, mesmo no seu apogeu, durante a década re-

gencial, pequenas áreas da então Província foram abrangidas, na média Depressão Periférica, no que se convencionou chamar de quadrilátero do açúcar, onde Campinas, Piracicaba, Itu e Mogi Mirim davam as cartas. Foi preciso que o café — riqueza que levará ao apogeu econômico a Província fluminense e trechos de Minas Gerais e que já existia em desenvolvimento no vale do Paraíba Paulista — penetrasse o oeste de São Paulo (zonas de Campinas, encostas ocidentais da Mantiqueira, São Carlos, Ribeirão Preto, etc.), para que, de fato, se iniciasse uma arrancada contínua do desenvolvimento paulista, que, de 1854 até os nossos dias, jamais teve um ano sequer de parada. E todo o interior planaltino, que, em mais da metade da sua área, ainda estava para ser povoado, foi ocupado rapidamente, à medida que os cafezais e suas culturas ancilares, aliados a um pastoreio semi-intensivo e, mais tarde, à policultura e à industrialização, se constituíssem, juntamente com a imigração estrangeira, a rede ferroviária e a rede escolar, em molas mestras da grandeza paulista. Sua antiga capital, modesto burgo colonial até por volta de 1872 (19.000 habitantes), passou, no último quartel daquele século, por transformações extraordinárias, atingindo no ano de 1900, quase 300.000 habitantes, ela que não possuía 20.000 no primeiro censo oficial do Império.

A penetração, o povoamento e a ocupação do planalto ocidental se deu, de então para cá, especialmente já no nosso século, à medida que zonas pioneiras iam avançando cada vez mais para oeste, acompanhando os largos interflúvios dos afluentes do Rio Paraná. Café, ferrovias e população cresciam concomitantemente, conforme se pode ver pela tabela organizada pelo Prof. ODILON NOGUEIRA DE MATOS (vide "Café e Ferrovias", do mesmo autor), e as matas reduziam-se gradativamente, à medida que os talhões da chamada lavoura nobre se multiplicavam. E tal foi a rapidez dessa expansão, que, há trinta anos, provocou uma frase do mestre francês, acima citado: "As paisagens rurais do Estado de São Paulo apresentam, então, atualmente, uma variedade que os viajantes não conheceram, nem brasileiros nem estrangeiros, no começo do século XIX; as mudanças que eu pude constatar, num tempo bastante pequeno (cinco anos), mostram a que ponto o mundo rural do Brasil meridional está em vias de evolução. Elas impedem que se apresente uma classificação, que só valeria no momento de sua redação" (MONBEIG — Boletim Geográfico nº 16; C.N.G., Rio de Janeiro).

Por este resumo de geografia retrospectiva, do que era São Paulo antes do café e do que passou a ser depois da introdução da sua cultura nas terras interiores planaltinas, podemos ter uma idéia melhor do seu papel nas afirmações feitas no início desse capítulo, isto é, o da sua importância para criação de paisagens humanizadas e de áreas em desenvolvimento, numa vasta porção do Brasil de Sudeste.

Dentro da conjuntura cafeeira do Sudeste Brasileiro, nos últimos dez anos, o Estado de São Paulo continua a liderar a movimentação do produto, desde as áreas de produção até os portos exportadores, em função de uma infra-estrutura, que se criou na chamada *região paulista* (incluindo o Norte do Paraná, Sul de Minas), onde a rede de circulação terrestre (ferrovias e rodovias), a rede urbana com suas máquinas de benefício, armazéns e algumas indústrias de transformação (café solúvel), a rede portuária (Santos e Paranaguá) e as grandes firmas que comercializam o produto, constituem provas, as mais evidentes.

A população cafeeira do Brasil, que já chegou a mais de quatro bilhões de pés, dos quais quase a metade em São Paulo, sofreu um decréscimo vultoso até 1950, quando, por força da demanda mundial, retomou a antiga importância, particularmente pela expansão das últimas frentes pioneiras nos limites ecológicos da planta (Nova Alta Paulista e Alta Araraquarense, Norte Novo e Norte Novíssimo do Paraná). Pouco contribuíram, o que restava de terras novas, na mata mineira e no Norte capixaba. Assim, segundo o quadro abaixo, podemos avaliar, nos últimos dez anos, a evolução dessa população em número de pés:

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CAFEEIRA (Mil pés).

ANOS	*PARANÁ*	*S. PAULO*	*MINAS*	*ESP. SANTO*	*OUTROS*	*TOTAL*
1964	1.167	770	592	517	445	3.491
1967	846	690	349	305	130	2.320
1970	790	690	355	317	128	2.280
1973	904	780	592	291	191	2.758

Sem falar no resto do país, incluído na coluna "outros da tabela", cuja diminuição está patente, somente o Espírito Santo e o Paraná é que tiveram diminuída a sua população cafeeira em números apreciáveis, pois São Paulo e Minas, praticamente, ficaram na mesma situação, de 1964 para 1973. É de se levar em conta o fato de justamente esses dois últimos Estados terem tomado mais a sério o problema da restauração das suas lavouras, principalmente, a partir do princípio da década atual, quando o retorno do café para algumas das "velhas" áreas passou a se fazer com mais evidência; casos expressivos da zona da Mojiana, em São Paulo, e do Sul de Minas.

OS FATORES HUMANOS

Além dos fatores naturais que concorreram, de um modo geral, para o desenvolvimento dos cafezais em nossa terra, particularmente na sua porção sudeste, como clima, solos e topografia, devem ser con-

siderados como básicos, os fatores humanos. Aliados àqueles agentes físicos, há uns tantos fatores humanos, que também deram sua contribuição à cafeicultura, de maneira a transformá-la na maior riqueza do país, em todos os tempos. Além do espírito empreendedor do fazendeiro de café, que no passado ou no presente, deve sempre ser levado em conta, destacam-se como cooperadores das vantagens oferecidas pela natureza, a facilidade da mão-de-obra cafeeira, a posição geográfica das áreas, os meios de transporte, os mercados de consumo.

Entrosadas entre si, as razões humanas e as razões naturais constituíram os fatores geográficos de tanta importância na evolução da lavoura cafeeira do Brasil, especialmente por todo o século XIX, e no nosso século, até por volta de 1955.

A MÃO-DE-OBRA

Das razões humanas para a criação e o desenvolvimento da lavoura de café no Brasil, a mais importante, é óbvio, foi sempre a mão-de-obra, abundante particularmente na época da colheita. Mesmo em nossos dias, quando a mecanização dos cafezais já se faz sentir em certas zonas, uma fazenda não pode prescindir de certa abundância de trabalhadores.

Nos primeiros cinqüenta anos da sua expansão, isto é, de 1820 a 1870, mais ou menos, o fazendeiro de café teve no braço escravo o sustentáculo das suas lavouras. Com o escravo, ele abria as primeiras picadas na mata virgem, fazia as derrubadas, semeava os grãos de café, cuidava depois dos cafeeiros em crescimento, com as clássicas carpas anuais; fazia a colheita, transportava-a para os terreiros e, após os preparos necessários, enviava o produto para o porto mais próximo. O escravo servia para tudo: era foiceiro ou machadeiro, carreiro ou tropeiro, enxadeiro ou derriçador, trabalhador de terreiro e até maquinista, quando apareceram os primeiros aparelhos mecânicos para o preparo do café (benefício).

Em plena era da escravidão, o fazendeiro de café iria se servir do braço negro, do mesmo modo que os senhores de engenho faziam para tratar dos seus canaviais, ou os mineradores fizeram para a extração das riquezas auríferas no século XVIII.

A princípio, como o café se expandisse pelo Vale do Paraíba, em terras mineiro-fluminenses, o braço escravo necessário foi de fácil recrutação, nas decadentes zonas de mineração do interior de Minas, ou nas sobras de braços nos canaviais nordestinos e baianos do Recôncavo, entrados agora, nos meados do século XIX, em nova crise.

Dos altiplanos mineiros imigraram para o já famoso vale paraibano, os descendentes dos antigos senhores do ouro, então empobrecidos, e que, com escravaria, gado e tropa, procuravam na lavoura de café um novo meio de vida (2). E depois, com a rápida expansão dos cafezais, o braço negro foi importado diretamente da África, apesar das "Leis de Repressão ao Tráfico", impostas pela Inglaterra. Os fazendeiros de café, então a maior força econômica do país, não titubeavam em enfrentar todos os obstáculos, a fim de conseguirem escravos para os seus cafezais. "Muitos, como os Sousa Breves, por exemplo, tinham portos escondidos nas enseadas e angras, em ilhas e pontas, onde se contrabandeavam com os navios negreiros; e isto bem depois de 1850, ou seja, da lei da abolição do tráfico. Mas, se o Brasil era o café, os cafezais só poderiam ir para a frente à custa do braço escravo; assim os magnatas cafeicultores mineiro-fluminenses pensavam e também parte dos paulistas da época (3)".

A mão-de-obra escrava, nativa ou africana, iria assim garantir o desenvolvimento da maior parte dos cafezais do tempo do império, particularmente daqueles que de fato sustentaram o Brasil até por volta de 1880, isto é, os do Vale do Paraíba.

O movimento em prol da abolição da escravatura ia em franco progresso com duas leis em vigor, a da suspensão do tráfico e a dos nasciturnos; mas, os fazendeiros continuavam firmes no seu propósito de que só com o negro é que se podia tratar dos cafezais. Esqueciam eles que, a partir de 1870, nas zonas recém-abertas pela lavoura cafeeira em terras de São Paulo, no seu já então chamado "oeste" (trechos dos planaltos sedimentares), os seus colegas paulistas tinham já percebido as vantagens do braço assalariado sobre o braço escravo e procuravam, por todos os meios, substituí-los.

Na década de 1840, experiências haviam sido feitas nos arredores da zona campineira, com trabalhadores de fora, isto é, brancos assalariados, oriundos da Europa, como o caso da Fazenda Ibicaba, do Senador Vergueiro, ou os casos citados por Zaluar, por volta de 1860, em Piracicaba (4).

Os exemplos paulistas, porém, que se multiplicariam, ainda nos fins do Segundo Reinado, e particularmente, na última década do

---

(2) TAUNAY, AFONSO D'E. "História do café no Brasil". Ed. do D.N.C. Rio de Janeiro, 1939.
ARAÚJO FILHO, J. R. — "O café, Riqueza Paulista". Boletim Paulista de Geografia, nº 23. São Paulo, 1956.

(3) ARAÚJO FILHO, J. R. — *Opus cit.*, pág. 85.

(4) ZALUAR, AUGUSTO EMILIO — "Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)" — Biblioteca Histórica Paulista, vol. II. Livraria Martins, São Paulo, 1953.

século XIX, não seriam seguidos pelos mineiros, fluminenses e capixabas, que, por razões diversas, não se amoldaram ao método de trabalho, que, em São Paulo, tão bons resultados estava dando: o do "colonato", nas fazendas de café. Os grandes capitais empatados na compra de escravos, além da tradição escravocrata, parecem a razão de ser do modo de agir dos "barões do café" do vale paraibano, não aceitando o braço assalariado, mesmo depois da abolição (5). De fato, após o 13 de Maio, os fazendeiros da mata mineira, do Paraíba fluminense e do sudoeste do Espírito Santo, rejeitaram o sistema de colonato já comum em terras paulistas, preferindo tratar os seus cafezais "à meia", com os negros agora livres e com os caboclos. Os sistemas de meação e, às vezes, o de parceria passaram, então, a ser adotados naquelas zonas, vindo até os nossos dias, com graves conseqüências econômicas para ambos os lados e para as paisagens criadas pelo café.

Já, em São Paulo, o problema da mão-de-obra se apresenta de outra forma, com uma visão muito mais clara da realidade. O "colono", que, em terras paulistas, teria um outro sentido que não o comum, conhecido em áreas recém-povoadas, inclusive, no próprio Brasil, seria, em São Paulo, um simples assalariado. Mas, salvo casos de exceção e de triste memória, eles recebiam no contrato anual feito com o patrão, além de uma determinada quantia em dinheiro, do acordo com o número de pés de café tratados, uma certa área de terra arável para suas culturas de subsistência, inclusive pastos para seus animais. No fim de um certo tempo, trabalhando e economizando honestamente, podia esse trabalhador de cafezal transformar-se, de fato, no verdadeiro colono, adquirindo o seu trato de terra, passando a ser proprietário. Muitos foram os exemplos, que ainda hoje se dão, de imigrantes recém-chegados, poucos anos depois de trabalharem numa fazenda de café, virarem fazendeiros; alguns chegaram a possuir inúmeras fazendas, como o bem conhecido caso do "Coronel" Francisco Schmidt, que na zona de Ribeirão Preto, possuía mais de dezesseis milhões de pés de café e de Jeremia Lunardelli, que chegou a possuir muito mais.

"À custa da iniciativa particular, com a ajuda do governo provincial às vezes, o fato é que, na sua grande expansão para o oeste paulista, o café já foi plantado e cultivado por trabalhadores livres. E quando chegou a abolição total dos escravos, em 1888, a maior zona cafeeira do Brasil tinha se enraizado em São Paulo, província que, ao contrário de Minas e do Rio, pôde aguentar as crises políticas, econômicas e sociais do findar do século, sem abalos na sua economia" (6).

---

(5) Ler sobre o assunto às páginas 85-87 de "Café, a Riqueza Paulista", de ARAÚJO FILHO, J. R.

(6) ARAÚJO FILHO, J. R. — *Po. cit.* — pág: 88.

Os cafezais do Brasil de Sudeste passaram assim a ser trabalhados, após a monarquia, pelos colonos, na sua maior parte estrangeiros, nas fazendas paulistas e, em parte, nas situadas no Sul de Minas, e pelos meeiros e parceiros, na Mata mineira e nas terras fluminenses e capixabas.

Dos colonos estrangeiros destacaram-se, não só pelo número, como também pela sua influência nas zonas cafeeiras, os italianos, seguidos dos espanhóis e, em muito pequena quantidade, os portugueses. Os trabalhadores nacionais, tanto meeiros, como parceiros, eram, nos primeiros tempos, os próprios habitantes das zonas, onde se aceitavam aqueles métodos de trabalho: mineiros da mata, fluminenses do vale do Paraíba ou das baixadas litorâneas, capixabas, enfim, caboclos, mulatos ou negros.

Quando do apogeu da expansão cafeeira em terras paulistas, isto é, de 1890 a 1930, perto de dois milhões de imigrantes entraram nas fazendas de café, cooperando para o seu trato e sua produção. Há mais de um quarto de século, porém, a imigração estrangeira para as nossas fazendas cafeeiras paralisou-se. A crise econômica de 1929, seguida, num verdadeiro paradoxo, do período de super-produção de café brasileiro, além de razões políticas internas e da Segunda Guerra Mundial explicam o desaparecimento daquele contínuo penetrar de colonos estrangeiros na hinterlândia paulista. Ao término daquele período de crises, que duraram justamente quinze anos, os tipos de trabalhadores das fazendas de café tinham se modificado bastante. Dos antigos colonos italianos, espanhóis e de outras origens, poucos restavam, e dos seus descendentes, a maioria se retirara para as cidades, ou então obtivera a sua própria fazenda. Os fazendeiros, particularmente, os paulistas, a partir de 1946, iriam ter pela frente o problema da falta de braços para as suas lavouras, e justamente no momento de maior necessidade, isto é, o da reconstituição dos seus cafezais semi-abandonados durante mais de uma década. Com o preço do café em ascensão, precisando restaurar inúmeros serviços nas fazendas, e não contando mais com o braço estrangeiro, o cafeicultor voltou-se para o braço nacional, sobretudo, o mineiro e baiano (assim são chamados, não só os filhos da Bahia, como todo o nordestino, no interior paulista). E são estes trabalhadores patrícios, que povoavam até ontem a maior parte das fazendas de café, no regime de colonato, que, hoje, contribuem com o seu trabalho, porém, morando nos centros urbanos, donde saem toda madrugada para as zonas rurais, como *volantes* ou *"bóias-frias"* (7).

(7) Vide sobre o problema os trabalhos de Maria Conceição D. e Mello — "O Bóia Fria", e de Rosa Ester Rossini — "O Êxodo Rural no Estado de São Paulo" (tese de Doutoramento, U.S.P., 1975, inédito).

"As razões desse êxodo rural (8) são várias, porém, parece-nos que uma das mais importantes diz respeito ao tratamento que o trabalhador da fazenda deve merecer da parte do patrão, e não seríamos sinceros se disséssemos que essa atenção existe. Quem já percorreu as zonas cafeeiras do nosso interior sabe das condições precárias em que vive a maioria dos que concorrem com o seu trabalho para a produção da maior riqueza brasileira. Salvo a casa para a moradia, o colono não recebe outras vantagens, além do contrato anual que faz com a administração da fazenda, para tratar de uns tanto mil pés de café; contrato este, que, para certas zonas (caso da área servida pela Mogiana, por exemplo), lhe dá o direito de cultivar um certo trato de terra, com cereais mais vendáveis e fáceis de trabalhar, como o milho e o feijão. No mais, aquelas garantias que o operário das zonas fabris ou os trabalhadores das cidades de há muito auferiram, como aposentadoria, escolas para os filhos, assistência médico-hospitalar e dentária, regime alimentar nos refeitórios das fábricas, etc., enfim, toda essa série de conquistas, que o trabalhador moderno conseguiu nos países adiantados e nas áreas urbanizadas da maior parte do nosso Estado, falta ao nosso trabalhador do campo.

Os fazendeiros sempre gritaram pela falta de braços para as suas lavouras, mas, jamais se preocuparam muito com a sua conservação; semi-abandonados pela maioria dos seus patrões; esquecidos pelas nossas autoridades; jamais lembrados pelos nossos legisladores; sem meios de articulação de classe, por faltar-lhes os mais rudimentares princípios de educação e cultura, o nosso homem do campo é um estranho dentro de sua própria terra. E com a agravante, que o estrangeiro, quando colono, tinha sempre a seu lado o consulado mais próximo, e o nosso caboclo . . .

Sem a melhoria das condições de vida do nosso trabalhador das fazendas, não poderemos pensar num maior rendimento de produção.

Sem o entrosamento deste importante setor de uma fazenda de café, o da mão-de-obra qualitativa, aos demais setores responsáveis pela produção em intensidade, não conseguiremos levar avante a campanha, que já se esboça em bases sólidas, para a transformação das nossas velhas fazendas em áreas novamente cafeeiras. Não apenas os cafezais merecem bom trato; antes deles, estão os trabalhadores, razão precípua daquele bom trato, e que por isso merecem, da parte do fazendeiro, uma melhor consideração.

---

(8) ALMEIDA, Vicente Unzer de e MENDES FILHO, Octavio Teixeira — "Migração Rural Urbana", Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1951; CAMARGO, José F. de — "Êxodo Rural no Brasil" — São Paulo, 1957.

Que ao lado da técnica e da ciência para a melhoria das nossas fazendas de café, marchem também a escola, a higiene e a melhor alimentação, para a redenção do nosso trabalhador rural" (9).

OS MEIOS DE TRANSPORTE

Situada, conforme já vimos, numa posição geográfica privilegiada, com relação a sua distância da costa, a primeira grande zona cafeeira do Brasil não sentiu muito o problema dos transportes. De fato, o vale médio do Paraíba, por onde se espalharam as lavouras de café, não distava 100 Km. do mar e as fazendas mais afastadas, na Mata Mineira ou nos arredores de Campinas, não ficavam muito além daquela distância. Isto, sobremodo, facilitava o transporte da riqueza até o porto mais próximo, desde que lembremos serem muitos os pontos da costa para onde o café podia ser levado neste trecho de litoral recortado, que vai de Santos ao Rio de Janeiro (10). Para vencer aquele relativo pequeno afastamento que havia entre as zonas de produção e os portos, os fazendeiros utilizavam-se do meio de transporte mais comum e mais barato na época, isto é, o das tropas de burros. Somente através de tropas podiam as riquezas do interior alcançar o mar, e vice-versa, as utilidades importadas pelos interioranos. Numa época em que as estradas eram praticamente inexistentes, somente os muares podiam levar em seu lombo o homem e sua produção, pois o carro de boi, único veículo econômico do tempo, não conseguia vencer grandes distâncias, quando muito da fazenda à vila ou cidades próximas.

As tropas, que já haviam prestado o seu serviço no século anterior, quando da riqueza aurífera dos altiplanos mineiros e goianos, teriam de novo a sua utilidade e agora, em proporção muito maior, transportando milhões de sacas de café entre o interior e o mar, vencendo as duas maiores escarpas do Brasil, a Mantiqueira e a Serra do Mar. O tropeiro viveria de novo a sua época e os criadores de muares no Rio Grande do Sul teriam, por mais meio século, outra chance de ganho com este tipo de pastoreio, hoje, praticamente desaparecido naquelas plagas. Os campos de Lages em Santa Catarina e os de Itapetininga em São Paulo, teriam sido, como as invernadas de hoje,

---

(9) ARAÚJO FILHO, J. R. de — *op. cit.*, pág. 89.

(10) Como a totalidade do café exportado saísse pela Corte, isto é, pelo Porto do Rio de Janeiro, a ele iam ter pequenos barcos levando café dos portos secundários e que abundavam pelo litoral norte paulista (São Sebastião e Ubatuba) e sudoeste fluminense (Paratí, Mambucada, Angra dos Reis, Mangaratiba), além dos portos de Estrela e Mauá nos fundos da Guanabara.

áreas de descanso e engorda de muares, e Sorocaba, o único e grande entreposto de venda do produto, nas suas famosas feiras de burros (11).

Para se ter idéia do papel que coube às tropas de burro no transporte do café das fazendas aos portos, basta dizer que da independência até 1870, portanto por meio século, elas foram praticamente o único modo de se fazer esta ligação, e que neste espaço de tempo transportaram perto de 85 milhões de sacas de café (12).

Com a expansão cada vez maior das lavouras cafeeiras e a abertura de fazendas em áreas cada vez mais distantes do porto, as tropas de burros não davam mais conta da tarefa, como também encareciam a saca de café, pelo aumento dos dias de viagem, acentuado pela precariedade dos caminhos.

O trem de ferro, o grande invento do século, que vinha já revolucionando certas áreas do planeta pelo encurtamento das distâncias, como acontecia na América do Norte, estava na cogitação dos brasileiros desde o tempo das Regências. Embora já existissem duas ligações de portos cafeeiros com o interior antes de 1870, na realidade, somente depois daquele ano foi que a ferrovia começou de fato a desbancar a tropa, a ponto de, vinte anos depois, esta não ter mais importância econômica, como mostra a decadência das feiras de Sorocaba, antes mesmo da República (13).

As ferrovias, que principiaram por vencer a barreira da Serra do Mar, impecilho, que, desde o Brasil Colonia, dificultava as ligações do litoral com o interior, penetraram depois, em várias direções, as inúmeras e mais importantes áreas cafeeiras, numa falta de planejamento e de ordem incríveis. Salvo a estrada dos ingleses, que ligava Santos a Jundiaí, passando pela capital paulista, as demais ferrovias que então se construíram, o foram pelos fazendeiros ou através da sua influência (14).

---

(11) MEDEIROS, F.L. D'ABREU — "A Feira de Burros de Sorocaba" — em Curiosidades Brasileiras, Tomo I, Ed. Eduardo e Henrique Laemmer, Rio, 1864.

(12) Cada burro carregava duas sacas de café de quatro arrobas cada uma e voltava do porto com carga igual de 8 arrobas, dos mais variados produtos.

(13) 1854 — Estrada de Ferro Mauá, de Porto da Estrela à Raiz da Serra.
1855 — Início da Estrada de Ferro Pedro II (hoje Central do Brasil).
1867 — São Paulo Railway, de Santos a Jundiaí, via São Paulo.

(14) Sobre as Estradas de Ferro ver os trabalhos de ODILON NOGUEIRA DE MATOS:
a) "A Evolução Ferroviária de São Paulo" — Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. IV, pág. 556-568, C.N.G., Rio de Janeiro, 1946
b) "O Desenvolvimento da Rede Ferroviária e a Expansão da Cultura Cafeeira em São Paulo" — Edição Especial dos Diários Associados, dedicada ao café, 15 de julho de 1954, São Paulo.

São as estradas do café, que, em São Paulo ou em Minas, no Espírito Santo ou em terras fluminenses, buscam sempre as zonas de produção da rubiácea, a mais importante riqueza transportável do Brasil.

Se em São Paulo elas penetravam o interior em linhas, troncos que se alongavam através dos vales, a princípio, e logo depois, através dos extensos espigões e chapadões do planalto ocidental, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Espírito Santo, elas procurarão sempre o fundo dos vales, onde ficavam, não só as sedes de fazendas, como, especialmente, as inumeráveis cidades do café, já existentes no tempo das tropas. Assim, nas áreas mineiro-fluminense-capixabas, o traçado das ferrovias é irregular e absurdo, num verdadeiro dédalo de ramificações, como nos mostram ainda hoje a Central, a Leopoldina, a Rede Mineira de Viação. Já o caso paulista (exceção feita da antiga Ituana e da Mojiana), as estradas de ferro possuem um traçado bem mais regular, numa direção geral de leste para oeste, partindo de São Paulo. Aqui, salvo as zonas do vale do Paraíba, da Mantiqueira e dos arredores de Campinas, que já eram cafeeiras quando da chegada da estrada de ferro, as demais tiveram o seu desenvolvimento em conjunção com as ferrovias (caso das estradas de ferro Paulista, Sorocabana, Araraquarense, Douradense). Ora, naquela áreas de Minas, Rio e Espírito Santo, as fazendas e as cidades já existiam quando o trem de ferro as alcançou. E as alcançou quando elas já haviam dado grande parte da sua produção e entravam em declínio, que se acentuou, ao se iniciar o nosso século.

Enquanto as ferrovias paulistas (que também avançam noutras zonas cafeeiras além de São Paulo, como o sul de Minas e o norte do Paraná) iriam de fato servir de grande apoio no transporte de café a partir de 1890, as que se construíram na Mata Mineira e no trecho fluminense do vale do Paraíba, aí chegaram, senão na época da decadência, pelo menos no período de declínio da produção cafeeira, não lhes cabendo o papel representado pelas primeiras, de transformadoras de paisagens, isto é, de estradas pioneiras.

De qualquer forma, o avanço dos trilhos pelo Brasil cafeeiro fez com que, as tropas, de tão grande importância na Colônia e no Império, fossem rapidamente desaparecendo. Hoje, só em áreas muito restritas, nas zonas montanhosas de Minas e do Espírito Santo se observam pequenos lotes de burros transportando café e coco das fazendas e sítios às localidades onde existem máquinas de benefício. Às tropas, nos primeiros cinquenta anos de expansão, e ao trem de ferro até nossos dias, deve o café uma das razões da expansão pelo Sudeste do Brasil, particularmente, pelo Estado de São Paulo. Hoje, o caminhão, em função dos quinze mil quilômetros de estradas asfal-

tadas do Estado Paulista, tomou em boa parte, o lugar das ferrovias, levando diretamente, de porta a porta, a mercadoria café, bem como outras riquezas do interior. Mas isto é um problema, que pela sua complexidade de explicação, daria um outro trabalho.

A TÉCNICA AGRÍCOLA

Embora só de poucos anos date o início da verdadeira técnica agrícola nas lavouras tropicais brasileiras, no que se refere ao café, tem-se que olhar de outro modo. Não que aquela técnica exista de há muito nas lavouras cafeeiras, mas porque sendo, das lavouras perenes, a mais importante e a que requer maiores recursos financeiros para se formar, os seus praticantes, por força das circunstâncias, têm para com ela cuidados que não se observam em outras lavouras congêneres.

De fato, para formar e cuidar de um cafezal, o fazendeiro tem que dedicar um carinho todo especial a sua lavoura, se quiser obter lucros compensadores do seu trabalho. Uma série de problemas se apresenta logo de início para quem se dispõe a abrir uma fazenda de café, e pelos anos em fora, a tratar com cuidado a sua lavoura cafeeira (15). Da escolha do local onde se deseja abrir a fazenda à repartição das terras para as diferentes atividades de uma propriedade agrícola deste gênero, tais como: área dos futuros cafezais, das pastagens, da sede, etc., tudo depende da boa prática que o fazendeiro tiver, pois um engano qualquer poderá trazer resultados, às vezes funestos. Especialmente a escolha da área onde deverá se formar o cafezal terá de ser bem feita, não somente quanto ao solo, elemento primordial, é óbvio, mas também quanto à topografia, ao clima, e, particularmente, à face de insolação. Ora, se lembrarmos ainda que, resolvidos aqueles problemas e plantado o seu cafezal, o fazendeiro terá que, por anos seguidos, cuidar dos seus pés de café, se quiser auferir resultados satisfatórios nas colheitas, teremos as razões por que o café ocupa um lugar à parte no cômputo das lavouras tropicais do país, quando se trata do problema da técnica agrícola.

Apesar de empírica, existe, e de há muito, uma certa técnica de cultivo do cafeeiro, com uma série de cuidados, que não se encontram em outras lavouras perenes do Brasil, como os casos do cacaueiro, da bananeira, do algodão mocó, etc.

Vejamos, em rápida análise, como se formavam e se formam ainda nas mais recentes zonas pioneiras do Brasil, as fazendas de café.

---

(15) CAMARGO, Rogério e TELLES JR., Adalberto de Queiroz — "O café no Brasil".

A primeira coisa a fazer, é claro, é adquirir um trato de terra coberto de matas na sua maior parte, pois, desde o tempo colonial, que a tradição exige ser a agricultura feita em áreas ocupadas por florestas e não em trechos abertos, de campos. Assim, o primeiro esforço do fazendeiro consiste no açambarcamento da terra. Impressiona-nos a importância desta apropriação, diz mestre DEFFONTAINES: "Num país tão vasto, tão pouco habitado, esperar-se-ia encontrar imensas extensões sem dono, pertencentes ao domínio público do Estado; isso porém, não se dá e até as zonas de florestas do Amazonas têm proprietários, existindo fazendas unicamente florestais; as terras devolutas, isto é, os bens sem dono, pertencentes ao domínio, são pouco importantes e isto explica a fraca influência da colonização oficial sobre a terra livre" (16).

Este açambarcamento de terras se fazia, no passado, pelas concessões de sesmarias, outorgadas pelo soberano, e, em épocas do Império e da República, pela simples posse de fato, reconhecida facilmente por decreto, ou então, pela compra de títulos duvidosos, os "grilos". Desses vários modos de se apropriarem das terras, surgiram os latifúndios, de que são traços característicos, os engenhos de açúcar do período colonial e as fazendas de café do Brasil independente.

Muitas vezes, a tomada de posse das terras, de concessão régia ou de compra de títulos duvidosos, não se fazia facilmente, se nelas existissem moradores, em geral, caboclos. Cenas de violência e de injustiça se deram, arrebentando a corda sempre do lado mais fraco, é claro. Vejamos um exemplo, dado por TAUNAY:

"Obtida a concessão de sesmaria, o proprietário esbarrava nas divisas com um posseiro que ali chegara e assenhoreara-se da aguada. Ele era só e a família; mas cria na posse, no trabalho de ter desbravado aquela parte da mata. Enganava-se. O proprietário da sesmaria vinha acompanhado de derribadores, roçadores, camaradas. Intimava-o então a sair dali, a mudar-se. Compreende-se que o posseiro resistisse, e desde então era considerado inimigo. Passavam-se tempos. Uma noite, na época das roças, os milharais pendoando, animais apareciam nelas pastando. Cercas tinham sido quebradas durante a noite. Os desgraçados na sua ingenuidade, na candura de sua boa fé, iam-se queixar, iam reclamar. Eram bem recebidos, prometiam-lhes providências, mas, dias depois, reproduzia-se a mesma cena. Eram as roças agora devastadas em maior escala. Desesperado, cansado da violência que agora enxergava proposital, a vítima da prepotência matava um dos animais. É o que se queria. Agora as roças serviam de pasto. O posseiro tinha

(16) DEFFONTAINES, Pierre, "Geografia Humana do Brasil".

de mudar-se. Aconteceu algumas vezes ser ele homem de recursos ou de sangue à quebra. Cenas lamentáveis, crimes inauditos ocorreram por causa destas evicções cruéis" (17).

Estas palavras de mestre TAUNAY, escritas para explicar os primórdios da expansão das fazendas de café no vale paraibano mineiro-fluminense, servem para todas as áreas por onde a lavoura cafeeira perambulou, do século passado aos dias atuais. No norte do Paraná, no presente, ou na Alta Sorocabana e na Noroeste de há uns quarenta anos atrás, os açambarcadores de terras, os grileiros, como são mais conhecidos, sempre foram participantes de cenas lamentáveis, de crimes inauditos, como outrora, os pioneiros do vale do Paraíba. E as autoridades muitas vezes coniventes com os grileiros, jamais olharam com atenção o problema das terras devolutas, concorrendo assim, extraordinariamente, para a formação do latifúndio, no qual se faria a monocultura extensiva do café, que iria, graças a sua rapidíssima expansão, degradar em pouco tempo as paisagens naturais do Brasil de Sudeste.

Adquirida a terra, pelas formas mais variadas, conforme vimos, o cafeicultor trata então de abrir a sua fazenda, isto é, de transformar a área de matas, no todo ou em parte, em trechos humanizados. Sim, a área de matas, porque jamais se pensou em plantar café em áreas de campos (18). O húmus guardado pela floresta foi sempre a razão precípua da nossa agricultura de exportação, desde os tempos coloniais, com a cana-de-açucar e o fumo, até os dias de hoje, com o cacau, o algodão, as frutas tropicais, e, particularmente, o café.

Daí a importância que dão os que pretendem formar fazendas de café, às zonas novas do sertão, "onde a terra virgem milenarmente humificada pode ceder a opulência das suas matas aos talhões de cafeeiros. Nas terras cansadas e exauridas de húmus, o espírito ainda tateante dos nossos lavradores não se abalançou a insistir na tentativa, porque falta aí o ambiente ecológico requerido, isto é, aquele decantado cheiro de mato" (19).

Desde os cafezais fluminenses, quando então se faziam as primeiras experiências com o produto que se tornaria o mais importante do país, até aos atuais cafezais paranaenses, os exploradores dessa ri-

---

(17) TAUNAY, Afonso D'E — "A propagação da cultura cafeeira".

(18) De há uns dez anos a esta parte, fizeram-se várias experiências de plantio de café em terras de cerrado, a maioria das vezes, positivamente. Sem falar no hoje vitorioso exemplo dos cafezais de Machado, no Sul de Minas Gerais (perto de milhões de pés), alguns municípios paulistas, como Franca, Pedregulho, Mogi-Mirim, vêm expandindo suas lavouras de café pelas terras de cerrados, até ontem, semi-abandonadas.

(19) CAMARGO, Rogerio e TELLES JR., A. de Queiroz — *op. cit.* pág. 279.

queza procuram os solos cobertos de matas para formarem suas lavouras. Daquelas primeiras experiências nasceu uma como que tradição que nos tem custado bem caro, de maneira a fazer crer, mesmo entre os mais entendidos, que fora das terras cobertas de matas não é possível cultivar café. Daí a escolha dos solos ser baseada nos chamados padrões de terra boa, isto é, os pau-d'alho, ceboleiro, angico, figueira branca, cambará, embaúva-verde e tantas outras essências de nossas matas tropicais. Daí também, esse nomadismo da lavoura cafeeira, numa peregrinação que já vai para mais de século e meio, dando ao café o cunho, muitas vezes repetido, ainda que exagerado, de fazedor de desertos.

Cuidando que só em zonas de matas é que se podem formar lavouras cafeeiras, o nosso lavrador ainda não pensou que a terra poderá produzir por decênios seguidos, se for melhor cuidada. E não pensou no problema, porque até agora não encontrou maiores obstáculos na sua expansão. Praticando uma monocultura latifundiária e comercial, onde os óbices aparecidos têm sido mais de ordem humana que naturais, pois as geadas, as pragas e as terras cansadas, em geral, são mais facilmente ultrapassadas pelos cafeicultores que as crises econômicas, o nosso fazendeiro, efetivamente, não conseguiu se ligar bastante à terra e daí não existir ainda, entre nós, os verdadeiros homens do campo, como muito bem acentuou o Prof. DEFFONTAINES em 1935 (20).

A abertura de uma fazenda de café não é tão fácil quanto o adquirir as terras. Uma série de trabalhos preliminares têm de ser feitos, tais como a derrubada, a queimada, a abertura de covas, a construção de ranchos para os trabalhadores, etc.. Tudo isto é feito logo no primeiro ano, quando o fazendeiro chegando ao local escolhido, com turmas de camaradas ou empreiteiros, inicia o seu trabalho. Roça o mato com turmas de abridores de picadas, que trabalham com a foice; depois vêm os machadeiros, que põem abaixo as grandes árvores, muitas delas, madeira de lei, em geral inaproveitadas, salvo as que o fazendeiro separa para as construções da sede da fazenda e todas as suas dependências (21). Nos meses de estiagem (agosto, setembro), põe-se fogo na jangada, isto é, naquela balbúrdia de troncos, ramos, galharia, caídos e secos, entrelaçados uns aos outros; é a queimada, o clássico método da agricultura indígena e que o civilizado copiou com perfei-

(20) DEFFONTINES, Pierre — "Regiões e paisagens do Estado de São Paulo".

(21) Só a partir do início do século atual, quando da grande penetração pelo Planalto Ocidental Paulista, o comércio madereiro tomou vulto, à custa não só do crescente aumento do número de cidades no interior, como particularmente da extraordinária expansão da capital paulista.

ção; método que ele julga o mais prático, o mais barato e o mais útil para desvencilhar o solo da sua cobertura vegetal primitiva. Mas o tal fogo termina de fazer os seus estragos, o fazendeiro principia a alinhar e a abrir no chão as covas, fundas de 30 por 40 centímetros, distantes umas das outras dois metros e meio em média, que irão receber as sementes do cafeeiro. Estas covas, no geral, são abertas no sentido vertical das encostas e morros, no sentido das águas e enxurradas, pondo assim o futuro pé de café à mercê da erosão pluvial, a mais intensa.

Foi a semeadura, direta dos grãos de café o método usado até há bem pouco tempo pelos nossos fazendeiros, pois o costume de se utilizarem as mudas cultivadas em canteiros e depois transplantadas em jacazinhos de bambu ou em lâminas de pinho, só ultimamente tem-se posto em prática. E nem poderia ser de outra forma, se lembrarmos do tamanho das fazendas e das dificuldades de se obterem mudas nas zonas novas.

Se o tipo de solo representa um fator preponderante no futuro de uma lavoura de café, não menos importante é o tipo de semente que irá dar origem ao cafezal. Da sua escolha dependerá uma boa parte do sucesso que o fazendeiro pretenda ter no seu trabalho. A totalidade dos cafezais brasileiros é do tipo "Coffea Arabica", embora dentro dele haja uma série de variedades, das quais umas poucas é que apresentam valor econômico; não falando da chamada *variedade comum* ou *café nacional,* própria das culturas brasileiras, "excelente variedade, mas a que não se deu ainda o devido valor", no dizer de CAMARGO e TELLES JR., destacam-se: o café amarelo, de Botucatu, o caturra, o bourbon (vermelho e amarelo) e o mundo novo. Estas três últimas variedades têm sido muito aconselhadas pelos técnicos, nos últimos anos, pelas suas excelentes qualidades de produção, particularmente o bourbon amarelo e o mundo novo.

Germinada a semente, leva o pé de três a quatro anos para dar a sua primeira carga, aliás, ainda incipiente. Nos primeiros anos, depois de brotado e até tornar-se viçoso, o cafeeiro é protegido por uma cobertura de paus entrelaçados em forma de cone, a "caieira", de modo a livrá-lo do sol intenso e das intempéries. Já vimos o perigo que corre uma lavoura cafeeira, quando da queda de geada ou da chuva de pedra, de ventos violentos, etc.

Após quatro ou cinco anos do plantio, tem o fazendeiro o seu cafezal formado. Se ele empreitou a formação da fazenda, cessa aí o trabalho do empreiteiro, que, por contrato, se responsabilizará pela formação de uns tantos mil pés de café. Durante este período e de acordo com as condições do contrato, poderá o empreiteiro plantar

nas ruas do cafezal quantidades diversas de milho, arroz, feijão, etc., que lhe darão maiores lucros e ao mesmo tempo diminuirão o custo da formação do café para o patrão (22). A terra nova e humosa dá para tudo; daí serem as zonas pioneiras grandes produtoras de cereais antes que os cafezais comecem a dar suas grandes cargas. É uma policultura passageira, em bases comerciais, feita à custa da monocultura cafeeira. Esta prática de cultivo de cereais nas ruas do cafezal, às vezes, continua pelos anos afora, em certas zonas, com graves prejuízos para as lavouras de café.

Terminando o empreiteiro o seu contrato de formação, entra o colono com o seu trabalho quotidiano, através de contratos anuais, desde que um cafezal não poderá prescindir, conforme já foi dito, de um mínimo de cuidados (23).

Embora formada a fazenda, com os seus cafezais adultos, a sede construída, com todas as suas benfeitorias (terreiros, tulhas, máquinas de benefício, casas de colono, pastagens, currais, etc.), os trabalhos continuarão naquela rotina imprescindível durante todo o ano agrícola, que, no caso do café, vai de setembro a agosto do ano seguinte, ou seja, da primeira florada, na primavera, ao término da colheita do fruto, no inverno. Para os casos comuns, dentro daquela tradição agrícola ainda deficiente e que infelizmente predomina entre os nossos fazendeiros, o trato de uma fazenda de café se resume nas quatro ou cinco capinas anuais (24), de maneira a impedir o crescimento de ervas daninhas, na poda dos galhos secos, nas replantas dos pés falhados, na arruação após a última carpa (meses de março-abril) e na colheita e preparo do café, a partir de fins de maio até agosto, isto é, por quase todo o inverno, justamente no período da estiagem.

A colheita marca o período de maior movimento numa fazenda de café. Toda a população daquela pequena comunidade rural é convocada para prestar o seu concurso nos diferentes serviços que se vão apresentando, a partir de fins de maio.

---

(22) Em geral, o contrato com o empreiteiro é feito na base de quatro anos, o tempo necessário para o plantio e formação do cafezal. Mas há casos em que se o faz por seis anos, quando então o empreiteiro terá também a incumbência da derrubada, quando recebe, como se diz nas zonas pioneiras, "apenas o mato em pé e água no córrego".

(23) No Estado de São Paulo, no norte do Paraná e no sul de Minas Gerais impera o sistema de colonato para o trato dos cafezais; já na mata e vale do rio Doce, no sudeste mineiro, bem como nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, a parceria e a meiação são predominantes.

(24) No Espírito Santo, na Mata Mineira e no vale do rio Doce dão apenas duas capinas e, excepcionalmente, três, quando o fazendeiro é mais caprichoso.

O primeiro trabalho a fazer é a *varrição,* que consiste, como o próprio nome indica, na varredura dos grãos de café que caíram em redor do pé nos últimos tempos da maturação, devido aos ventos fortes, às chuvas extemporâneas; este café de varrição não deve ser misturado com o que ainda está na árvore, pois, em geral, ele é de tipo inferior, desde que ficou misturado na terra, onde se dá a fermentação dos grãos em poucos dias.

Vem depois a *derriça,* que é o processo usado no Brasil, por ser o mais prático, o mais rápido e o mais barato, embora o menos propício a cooperar na melhoria do produto; consiste ele na retirada dos grãos, correndo o trabalhador a mão em cada galho do pé de café. Antigamente, fazia-se a derriça a pau, isto é, cada colono armado de uma vara ia batendo nos galhos do cafeeiro, de maneira a pôr no chão os grãos de café. Este processo, às vezes, ainda é usado nas zonas pioneiras, onde a produção é grande nos primeiros anos e o problema de braços difícil na época da colheita. Se o processo da derriça à mão já traz uma série de inconvenientes ao produto e à própria planta, o segundo processo, o da derriça a pau, é bárbaro, servindo apenas para mostrar o quanto estamos atrasados em matéria de agricultura. Contudo, já se usam, embora excepcionalmente, outros processos de colheita, como o da catação e o da queda natural dos grãos; o primeiro, há muito em prática nos cafezais centro-americanos e colombianos, está sendo iniciado pelos nossos fazendeiros mais esclarecidos, e consiste no apanhar manualmente os grãos maduros de café, com grande vantagem para a boa qualidade do produto e sem ferir a planta; o segundo, como o nome indica, é o da queda natural dos grãos maduros em panos previamente colocados sob o pé de café.

Derriçado o café, que só raramente cai em panos estendidos sob o cafeeiro, procede-se ao levantamento, que irá amontoar os grãos, verdes, maduros, chochos, em mistura com terra, paus, galhos, pedras, etc. Faz-se depois a *abanação,* levantando-se o café do chão em grandes peneiras manuais, de modo a retirar uma boa parte daquele cisco que acompanha os grãos, e depois, transfere-se o produto para a sede da fazenda, a granel ou em sacos, por meio de carroções, carros de boi, etc., de tração animal, ou por caminhões, carretas a trator, etc. Na sede, o café vai para os terreiros, após ter sido lavado nos lavadouros, onde fica livre das impurezas que ainda o acompanham. Esse processo da lavagem só não é usado nas áreas do Planalto Ocidental de São Paulo e trechos do norte do Paraná, onde predomina o arenito. Após dez ou doze dias de secagem nos terreiros, onde um cuidado todo especial é necessário para que o café não passe do ponto, isto é, não seja queimado em demasia pelo sol, ou então não apanhe umidade

(25), vai ele para as máquinas de beneficiamento, onde será descascado, separado em tipos, de acordo com o tamanho, ficando nas tulhas, finalmente preparado, para, em sacos de sessenta quilos, seguir para a estação mais próxima, ou então, diretamente de caminhão, em direção ao porto de embarque. Apesar de passar o café por todos esses processos de trabalho, desde a derriça ao ensacamento para embarque, salvo raríssimas exceções (26), ele ainda sofre seleção nos portos exportadores, onde as casas comissárias e exportadoras possuem um maquinismo especial para o seu definitivo preparo. Isto é mais uma prova de que os nossos fazendeiros ainda estão longe de produzir um café à altura do comércio importador, isto é, de acordo com o gosto do freguês (27).

O que foi escrito retrata, embora rapidamente, o que se convencionou chamar de trato de uma lavoura de café no Brasil, cujos métodos e processos vieram passando de pais a filhos, desde o Império até os nossos dias. Conforme se pode ver, métodos e processos de há muito ultrapassados pela ciência agronômica, mas, que, infelizmente, continuam a ser praticados pelos nossos fazendeiros, presos a uma tradição que nos tem custado bem cara. Melhor que as palavras, falam os dados estatísticos e por meio deles podemos ver que a produção brasileira de café tem caído, de ano para ano, no que diz respeito à média de arrobas por mil pés. Se nas zonas pioneiras, os cafezais dão, conforme os tipos de solos, duzentas ou trezentas arrobas por mil pés, essa média, após os primeiros dez ou quinze anos de produção, cai verticalmente, de maneira a não dar mais que a quarta ou quinta parte, e aos vinte anos vem abaixo de cinqüenta arrobas. E isto, em se tratando de terras do oeste paulista ou norte paranaense, pois se formos para as recém-abertas zonas dos vales do rio Doce e do São Mateus, no Espírito Santo e em Mina Gerais, a queda ainda é mais violenta. Nos últimos anos, a média geral para o Brasil tem sido de 300 quilos de café limpo por hectare, ou sejam vinte e cinco arrobas por mil pés. O Estado de São Paulo, o grande produtor brasileiro nos últimos setenta e cinco anos, que chegou a ter safras de vinte e um milhões de sacas, está hoje produzindo a terça parte, com a média de vinte e duas arrobas por mil pés, quando, em 1906, produzia setenta.

---

(25) Durante a noite e nos dias de chuva, amontoa-se o café do terreiro, cobrindo-se os montes com encerados.

(26) Só nos dias atuais é que o problema do despachamento está interessando os nossos fazendeiros, mas, infelizmente, em reduzida área do Estado de São Paulo, somente.

(27) Sobre a formação de uma fazenda de café e o trato de um cafezal, leia-se: CAMARGO e TELLES JR., *op. cit.*; BOLETIM DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE CAFÉ, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; BOLETIM DE AGRICULTURA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA de São Paulo.

Esses dados servem para nos dar uma amostra de como descuidamos da nossa maior riqueza, sustentáculo do Brasil nos últimos cento e cinqüenta anos, mas sempre relegada a um segundo plano no que diz respeito ao trato que devia merecer, por parte dos que a têm explorado. O estado lamentável da grande maioria das nossas lavouras de café, tratadas ainda por métodos obsoletos, sem qualquer ajuda oficial, técnica ou financeiramente falando, retrata bem o erro em que vimos incorrendo, ainda em pleno século XX, explorando a agricultura como verdadeira indústria extrativa do solo. De fato, se olharmos para trás e observarmos o roteiro do café, do vale do Paraíba ao vale do Paraná, passando pelas zonas serranas de Minas e do Espírito Santo, veremos que jamais se procurou ajudar a terra a produzir melhor. Salvo raras exceções de lavradores de São Paulo, nas zonas da Mogiana e da Paulista, que desde o princípio do século procuraram levar aos seus cafezais alguma quantidade de esterco de curral, além da palha de café, uso encontrado em muito menor escala no sul de Minas, o mais é o que se vê por aí: o sugar contínuo dos solos aráveis até as suas últimas reservas de sais minerais, após o que, a continuação do avanço em terras novas. Jamais se viu, nesse tipo de lavoura permanente, o clássico entrosamento agropecuário, tão necessário para o resguardo das paisagens criadas pelo homem, quão vantajoso economicamente. Se alguma relação existe entre os cafezais brasileiros e a criação de gado, ela só se apresenta na substituição daqueles pelas magras pastagens de capim gordura, onde um rebanho, criado extensivamente, ocupa áreas outrora cheias de talhões de café; o Vale do Paraíba e a Mata Mineira são os melhores exemplos.

Já é mais que tempo de deixarmos para sempre os métodos arcaicos de exploração da terra, por meio dos quais, o nosso lavrador é mais um explorador ou um minerador dos solos do que propriamente um agricultor. "Indústria extrativa" do café foi o que fizemos até agora, com todos os percalços que ela originou, dos quais o mais sério foi a degradação dos solos na maior parte das áreas por onde a onda verde passou.

CONCLUSÕES

Pelo que se tem visto e escrito sobre o assunto, o único caminho a seguir, se quisermos de novo liderar a produção e o comércio de café no mundo, será o da reorganização das nossas lavouras cafeeiras, transformando-as, de deficitárias em lavouras economicamente produtivas. Mas, isto, como dizem os técnicos, sem aumentar o número de pés de café ou a área cultivada. Pelo contrário, diminuindo-os mesmo,

com o arrancamento dos milhões de pés improdutivos economicamente, e substituindo-os por um número menor, porém, produzindo três ou quatro vezes mais (28).

Para que isto se dê, entretanto, serão necessários, além da boa vontade e do alto espírito de compreensão da parte dos nossos fazendeiros, um não menos alto senso de responsabilidade da parte das nossas autoridades, particularmente daquelas a que estão afetos os serviços do café, nos vários departamentos do Ministério da Agricultura, das Secretarias de Agricultura dos Estados cafeeiros e especialmente do I.B.C., órgão máximo do café entre nós. Somente estas entidades, num trabalho de íntima cooperação, poderão, com eficiência, liderar um movimento de renovação da paisagem cafeeira do Brasil. De nada adiantarão as pesquisas e as experimentações práticas do Agronômico de Campinas se os seus já excelentes resultados não forem conhecidos da maioria dos nossos cafeicultores. Pelo que temos visto e observado em várias áreas cafeeiras do Brasil Sudeste, fora das terras paulistas, onde os conselhos do agrônomo vêm sendo conhecidos e aceitos por um número cada vez maior de fazendeiros de café, predomina aquela, já tantas vezes citada, rotina, que os cafeicultores teimosos, cheios de tradição, mas vazios de conhecimentos técnicos, orgulham-se de seguir.

Não falando no norte paranaense, cuja maioria dos agricultores, num verdadeiro jogo, estão à mercê do fenômeno das geadas, problema insolúvel no momento, desde que ele só tende a se agravar com o contínuo avanço das lavouras por áreas climáticas mais que impróprias ao cafeeiro; ou do sul mineiro, zona que sempre procurou melhorar, embora modestamente, os seus cafezais, as demais áreas cafeeiras, como o norte fluminense, a Mata Mineira, o vale do rio Doce, o sul e o norte espírito-santense, apresentam um aspecto desolador. Das velhas lavouras só existem os sinais nos morros e encostas lavados ou então semi-cobertos por raquíticas pastagens de capim gordura. Das lavouras ditas produtivas, a grande maioria apresenta-se com seus cafezais rarefeitos, com os ponteiros predominando sobre as folhagens em grande parte dos pés de café, com o mato sempre concorrendo nas ruas e carreadores. Mesmo nas lavouras novas, recém-formadas, pois

(28) Sobre tão magno assunto, é digno de nota a obra empreendida, há um quarto de século, pelo Instituto Agronômico de Campinas, através do seu Departamento de Estudos do Café, onde se fazem as mais adiantadas experiências com a mais importante planta agrícola brasileira. Os moços, que labutam naquele notável centro de estudos e de pesquisas, têm procurado mostrar aos cafeicultores b asileiros o quanto valem a técnica e a ciência, quando postas ao serviço do homem, no amanho da terra. Do preparo do solo à seleção de novas linhagens de cafeeiro, do trato de um cafezal à colheita do fruto, tudo se estuda e se explica ali e nas suas fazendas modelos, espalhadas pelo interior do Estado de São Paulo.

não contavam mais que seis ou sete anos, fomos encontrar os resultados evidentes do mau trato, como o grande número de falhas, a irregularidade no desenvolvimento dos pés de café, além da maior predominância do mato. E isto, sem falar nos rudimentares princípios de colheita e preparo do produto, nos exíguos terreiros de terra, das pobres residências dos meeiros ou dos próprios sitiantes, incapazes, técnica e economicamente, de oferecerem ao maquinista mais próximo um produto de melhor qualidade que os de tipo 7 e 8, tidos como bons cafés naquelas zonas (29). Ora, se em São Paulo, com toda a assistência técnica que os moços do Agronômico de Campinas e os agrônomos regionais procuram dar ao cafeicultor, ainda mais da metade das suas lavouras são constituídas de cafezais deficitários, o que não dizer das demais áreas cafeeiras do país, onde o atraso e a rotina são os norteadores dos colonos, meeiros, sitiantes e do próprio fazendeiro?

Parece que é chegada a hora dos técnicos darem a última palavra na resolução dos chamados problemas cafeeiros do Brasil. Sim, mais do que as dficuldades de comércio do produto, os problemas da sua produção é que devem ser postos em primeiro lugar nesta equação até hoje apenas montada, mas não resolvida, do café brasileiro. Produção que, diga-se de passagem, se encarece cada vez mais, principalmente porque o seu índice por planta ou por hectare cai continuamente, devido aos já tantas vezes citados métodos de trato. O que os estudiosos do assunto vêm aconselhando através de conferências, artigos em revistas e jornais, e mesmo em livros, nos últimos vinte anos, com referência ao trato correto de uma fazenda de café. Um movimento renovador que já está tomando impulso e cujo ponto básico é fazer o retorno do café às áreas ecológicas mais propícias ao seu ressurgimento, como certos trechos da Depressão Periférica e do Planalto Ocidental de São Paulo, as encostas ocidentais da Mantiqueira, trechos do sul de Minas, será, segundo a opinião de todos os conhecedores do *assunto café,* o único caminho a seguir neste delinear de mais uma crise, na história tão acidentada do café brasileiro.

(29) Sobre as áreas cafeeiras acima mencionadas: Strauch, Ney — "A Bacia do Rio Doce", C.N.G.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, THEÓPHILO — *O que foi o ciclo do café* — in Observador Econômico e Financeiro, nº 100 — maio de 1944 — R.J.

ANDRADE, THEÓPHILO — *A situação do café*; in Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro — 7 (81): 118-121 — out. 1942.

ARAÚJO FILHO, J. R. de — *O café, riqueza paulista* — in Boletim Paulista de Geografia — São Paulo — 1956.

ARAÚJO FILHO, J. R. de — *Santos, o Porto do Café* — Biblioteca Geográfica Brasileira, I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1939.

FRANÇA, ARY — *A marcha do café e as frentes pioneiras* — Guia de Excursão nº 3 — CNG — Rio de Janeiro, 1960.

JAMES, PRESTON — *As terras cafeeiras do Brasil Sudeste* — in Geographical Review, vol. 22, nº 2 — 1932 — transcrito no Boletim Geográfico nº 29 — agosto de 1945 — R.J.

MONBEIG, PIERRE — *Pionniers et Planteurs de São Paulo* — Libr. Armando Colin — Paris — 1952.

MONBEIG, PIERRE — *Pequeno ensaio sobre a Geografia Econômica do Café* — in Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira, Difusão Européia do Livro — São Paulo — 1957.

TAUNAY, AFONSO E. — *A propagação da cultura cafeeira* — Edição do DNC — Rio de Janeiro — 1934.

TAUNAY, AFONSO E. — *História do Café no Brasil* — Edição do DNC — 15 volumes — Rio de Janeiro — 1939.

LAMEGO, ALBERTO RIBEIRO — *O homem e a serra* — Biblioteca Geográfica — I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1950.

STEIN, STANLEY J. — *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba* — Ed. Brasiliense — São Paulo — 1961.